

Transformações no Espaço Rural

Gabriela Coelho-de-Souza
Organizadora

EAD
SÉRIE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



Transformações no Espaço Rural



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A DISTÂNCIA**

Secretário

Sérgio Roberto Kieling Franco

Vice-Secretário

Silvestre Novak

Comitê Editorial

Lovois de Andrade Miguel

Mara Lucia Fernandes Carneiro

Silvestre Novak

Sílvio Luiz Souza Cunha

Sérgio Roberto Kieling Franco,
presidente

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Ricardo dos Santos

Carlos Alberto Steil

Lavinia Schüler Faccini

Mara Cristina de Matos Rodrigues

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Antonio Carlos

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

Transformações no Espaço Rural

Gabriela Coelho-de-Souza
Organizadora

EAD
SÉRIE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA


UFRGS
EDITORA


SEAD
Secretaria de
Educação e Distância


CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA
**PLANEJAMENTO E GESTÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

© dos Autores
1ª edição: 2011
Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa e projeto gráfico: Carla M. Luzzatto
Revisão: Ignacio Antonio Neis e Sabrina Pereira de Abreu
Editoração eletrônica: Jaqueline Moura

Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS

Coordenador: Luis Alberto Segovia Gonzalez

Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural

Coordenação Acadêmica: Lovois de Andrade Miguel

Coordenação Operacional: Eliane Sanguiné

T772 Transformações no espaço rural / organizado por Gabriela Coelho-de-Souza ;
coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso
de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento
Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
124 p. : il. ; 17,5x25cm

(Série Educação A Distância)

Inclui figuras e quadros.

Inclui Referências.

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural. 3. Conflitos ambientais – Riscos – Conservação da natureza – Identidades sociais. 4. Etnoecologia. 5. Educação do campo – Transformações sociais. 6. Segurança alimentar – Segurança nutricional – Desenvolvimento rural. 7. Turismo rural – Brasil. I. Coelho-de-Souza, Gabriela. II. Universidade Aberta do Brasil. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. IV. Série.

CDU 631

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0161-6

*Marcelino de Souza*⁴⁵, *Angela Luciane Klein*⁴⁶,
*Andressa Ramos Teixeira*⁴⁷ e *Renata Gonçalves Rodrigues*⁴⁸

INTRODUÇÃO

A atividade turística vem emergindo constantemente em pautas de políticas públicas, debates e pesquisas científicas que abordam o desenvolvimento rural brasileiro, sendo vislumbrada como uma atividade capaz de auxiliar no incremento da qualidade de vida de famílias que vivem no campo, graças à geração de uma série de benefícios proporcionados pela inserção dessa atividade no meio rural.

Todavia, pensar o turismo no contexto do desenvolvimento rural pressupõe que se conheçam os elementos e as etapas do processo turístico, a fim de que se possa planejar a atividade com o intuito de maximizar seus benefícios e minimizar seus efeitos negativos. Nesse sentido, a disciplina **Tópicos Especiais**, ao abordar o tema do *Turismo Rural*, em um curso que visa a preparar profissionais aptos a planejar o espaço rural contemplando as diversas esferas do desenvolvimento, objetiva proporcionar o conhecimento dos elementos, das características, peculiaridades e potencialidades da atividade turística no meio rural, bem como de sua relação com o desenvolvimento rural e as políticas públicas no contexto brasileiro.

Com base no objetivo e no conteúdo desse tema, foi elaborado o material apresentado no presente capítulo, o qual visa a dar o aporte necessário ao entendimento dos aspectos acima mencionados. O capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira seção, são expostas algumas perspectivas recentes sobre o mundo rural que propiciaram a emergência do turismo no cenário rural brasileiro. Na segunda seção, apresentam-se os conceitos e as tipologias que concernem ao turismo rural,

45 Engenheiro agrônomo; mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria; doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas; Professor Associado do Departamento de Ciências Econômicas e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e do Agronegócio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

46 Pedagoga; mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Tutora a Distância do PLAGEDER.

47 Geógrafa; mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Tutora a Distância do PLAGEDER.

48 Graduada em Administração pela Universidade de Passo Fundo; mestre em Agronegócios pelo Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Tutora a Distância do PLAGEDER.

bem como, as características e funções relacionadas à atividade. Na terceira seção, consagrada ao estudo das políticas públicas voltadas à atividade, são apresentados aspectos referentes à regulamentação e ao fomento do turismo no meio rural. Por fim, a quarta seção aborda o turismo enquanto processo estruturado em etapas, com destaque para a etapa de planejamento e as possíveis influências geradas pela atividade.

O SURGIMENTO DO TURISMO NO CONTEXTO DAS NOVAS RURALIDADES

A noção de *rural* apresenta diferentes conceituações, variáveis em consonância com o momento histórico e o contexto social no qual se insere, e é permeada por configurações econômicas e socioespaciais de acordo com cada época.

Assim sendo, o que era entendido como rural na década de 1940 já não o é hoje. Naquela época, por exemplo, as discussões em torno da noção de rural foram fortemente influenciadas pelo surgimento do processo de industrialização, ocasionando uma verdadeira ruptura cultural, por cujo efeito o rural e o urbano passaram a ser vistos em perspectivas dicotômicas e com características opostas. Resulta daí a imagem de duas sociedades paralelas, que coexistem no Brasil quase isoladas uma da outra (QUEIROZ, 1979).

Nessa conjuntura, a noção difundida por muitos estudiosos e pesquisadores acerca do rural, não somente no Brasil, como também em outros países da América Latina e Europa, encontra-se vinculada à ideia de atraso, retrocesso e desinformação. De acordo com Gomes (citado por KAGEYAMA, 2008, p. 19), essa visão tradicional acerca da ruralidade, associada à baixa densidade populacional e a uma população que se ocupa de atividades agrícolas e vive em situações de atraso material e cultural, é baseada em

[...] uma dicotomia que opõe o tradicional, representado pelo campo, pelo agrícola e pelo rural, ao moderno, representado pela cidade, pela indústria e pelo urbano. Essa situação tem por consequência lógica a inevitável migração da população rural para a cidade.

No entanto, em decorrência de uma série de fatores, entre os quais a crise que atinge o setor agrícola a partir dos anos 1970, começa a despontar no meio rural, em oposição a essa visão tradicional, uma nova realidade, caracterizada por uma grande diversidade de interesses, serviços e novas funções, já não exclusivamente produtivas, como aquelas relacionadas à residência, à paisagem, ao lazer, resultando em mudanças significativas na compreensão da noção de rural.

Essa nova fase despertou um amplo debate no meio acadêmico e científico, em busca de uma redefinição do conceito de rural brasileiro, sobretudo a partir da década de 1990. Fatores como a mobilidade crescente entre a cidade e o campo, associada à homogeneização dos modos de vida e dos comportamentos sociais, o recuo demográfico da agricultura, a industrialização e a terceirização difusas são fenômenos que têm contribuído para acentuar essa imprecisão de fronteiras.

A esse respeito, Rodrigues (2000) ressalta que, apesar das diferenças que se verificam entre campo e cidade, estes constituem, no contexto atual, realidades tão interligadas que não podem ser apreendidas de maneira dualista, como se fossem totalmente separadas, distintas e opostas. O rural apresenta hoje um enorme dinamismo e mantém estreitos vínculos com o urbano, sendo caracterizado por um conjunto de novas funções e ocupações que constituem o denominado “novo rural”.

Wanderley (2000) destaca um conjunto de elementos que caracterizam essa nova ruralidade, representada por uma integração intersetorial entre o meio rural e o meio urbano: diversificação social, relações de complementaridade com o urbano, crescimento demográfico, valorização dos patrimônios natural e cultural e o surgimento de novos papéis atribuídos aos agricultores, abrangendo aspectos que vão desde a preservação da paisagem e a proteção ambiental até a reprodução das tradições culturais rurais.

Nesse contexto, entre os traços marcantes do mundo rural de hoje, destacam-se a pluriatividade, a multifuncionalidade e a diversidade, três características que permitem entender melhor a atividade turística no espaço rural enquanto estratégia com potencial para favorecer o desenvolvimento rural.

Para Brun (1989, p. 8), a pluriatividade pode ser compreendida como a “diversificação das atividades internas e externas das explorações agrícolas que envolvem um ou mais membros do agregado familiar, a qual permite a construção de um modelo de certo equilíbrio entre o mundo rural e o urbano”. Sua caracterização compreende, portanto, três elementos principais: estruturas familiares, estrutura e orientação do processo de exploração agrícola, mercado de trabalho e oportunidades de atividades locais.

Já a multifuncionalidade pode ser entendida a partir do conceito de *desenvolvimento rural multifuncional*, que, segundo Sznajder, Prezezbórska e Scrimgeour (2009), se refere à ativação e à diversificação de atividades de negócio, de tal maneira que o futuro da população rural está conectado não somente com a agricultura, mas também com outros setores da economia que são alternativos nessa atividade.

Desse modo, o desenvolvimento multifuncional implica a inserção de um crescente número de novas funções agrícolas e não-agrícolas no espaço rural, relacionadas aos setores de produção, comércio e serviços. Entre essas funções, os mencionados autores citam a mecanização, a proteção de plantas, a compra, a estocagem, o transporte e o comércio de produtos agrícolas, a economia florestal, o cuidado de paisagem e proteção ambiental e, por fim, o turismo rural e o agroturismo.

O conceito de desenvolvimento rural multifuncional torna-se, pois, extremamente útil na medida em que permite compreender como a atividade turística rural é uma inovação social que tem promovido os espaços rurais enquanto locais de recreio e de lazer.

A ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESPAÇO RURAL

Turismo rural: conceitos e tipologias

O turismo rural no Brasil é uma atividade relativamente recente, se comparada a outros segmentos do turismo. As primeiras experiências foram registradas no município de Lages/SC, no ano de 1984, quando alguns proprietários rurais, em virtude das dificuldades econômicas do setor agropecuário, decidiram diversificar suas atividades e passaram a receber turistas em suas propriedades (ZIMMERMANN, 1996). Desde então, esse segmento vem crescendo de maneira significativa nas diferentes regiões brasileiras, e se destaca como atividade não-agrícola com grande potencial para promover o desenvolvimento local, propiciando a dinamização social e econômica das áreas rurais.

Nesse contexto, proliferam diversas modalidades do turismo (agroturismo, ecoturismo, turismo rural, turismo cultural), delineando uma nova configuração dos espaços rurais. As características típicas do meio rural, tais como a gastronomia, o patrimônio natural e cultural, os costumes, além das opções de lazer e de descanso, têm atraído cada vez mais os habitantes das cidades.

O turismo desenvolvido em áreas rurais acaba, conseqüentemente, associado a diferentes terminologias, sobretudo em função da diversidade cultural, econômica, ambiental e social entre regiões, provocando confusão terminológica e diversidade de classificações. Isso tem gerado, muitas vezes, divergências não somente entre pesquisadores, mas também entre agentes e promotores do turismo, em nível nacional e internacional.

De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2006), turismo rural “é o conjunto de atividades turísticas desenvolvido no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (p. 49). Esse conceito evidencia claramente o caráter abrangente e, de certa forma, impreciso, presente também em outros autores, que abarcam um conjunto diversificado de aspectos, tais como turismo, território, recursos naturais, culturais e sociais.

A partir de uma sistematização das conceituações de turismo rural adotadas por diferentes autores e em diferentes países, Tulik (2003) propõe uma classificação bastante ampla do turismo rural no conjunto das modalidades turísticas, que merece ser apresentada aqui.

- **Turismo Alternativo:** expressão criada por oposição ao **Turismo Convencional**, especialmente o litorâneo, o internacional e o de massa, com o objetivo de dar maior atenção às questões ambientais e aos impactos delas decorrentes e de abranger todas as práticas turísticas desenvolvidas em meio rural: Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Aventura e o próprio Turismo Rural. Entretanto, a expressão é ambígua, pois, embora se evidencie que o Turismo Alternativo está isento de levar aglomerações e danificações ao meio, “em alguns lugares, mesmo em

algumas áreas protegidas, as diferentes formas de turismo não urbano têm assumido características de massificação” (p. 31).

- ▶ **Turismo no Espaço Rural (TER) / Turismo na Área Rural (TAR):** expressões empregadas como sinônimas de Turismo Rural. Compreendem todas as formas de turismo realizadas no espaço rural, incluídos nesse conjunto desde os componentes rurais e culturais até os naturais.
- ▶ **Turismo em Áreas Rurais e Naturais:** conceito compreendido por alguns autores como sendo o oposto de urbano. Esta tipologia tem um caráter muito amplo e generalizado, não estabelecendo distinção entre Turismo Rural e Turismo em Áreas Rurais. Inclui Turismo Verde, Agroturismo, Ecoturismo, Turismo de Aventura e Turismo Rural.
- ▶ **Turismo na Natureza / Ecoturismo:** nesta linha, o Turismo Rural encontra-se diretamente relacionado com a natureza, com o contato e a contemplação da fauna e da flora, passando pelos elementos tipicamente rurais referentes à vida no campo.
- ▶ **Turismo Cultural:** caracterizado pelo conteúdo cultural. Compreende um grupo mais abrangente, que inclui o Turismo Rural e seus subtipos.
- ▶ **Agroturismo:** de acordo com as experiências europeias, “desenvolve-se integrado a uma propriedade rural ativa, de organização e gestão familiar, com a presença do proprietário, como forma complementar de atividades de renda; pressupõe o contato direto do turista com o meio rural, alojamento na propriedade e possibilidade de participar das atividades rotineiras” (p. 39).
- ▶ **Turismo Rural:** expressão utilizada por muitos autores como sinônima de **TER** e de **TAR**. Essa modalidade de turismo adquire, muitas vezes, um caráter genérico, englobando qualquer atividade turística desenvolvida no espaço rural. Entretanto, em um sentido mais estrito e literal, o Turismo Rural relaciona-se às especificidades do rural, tais como paisagem rural, estilo de vida rural e cultura rural.

Como se verifica, é mantida, até certo ponto, uma confusão terminológica com a sobreposição de tipologias, o que dificulta a compreensão clara do que se entende por turismo rural.

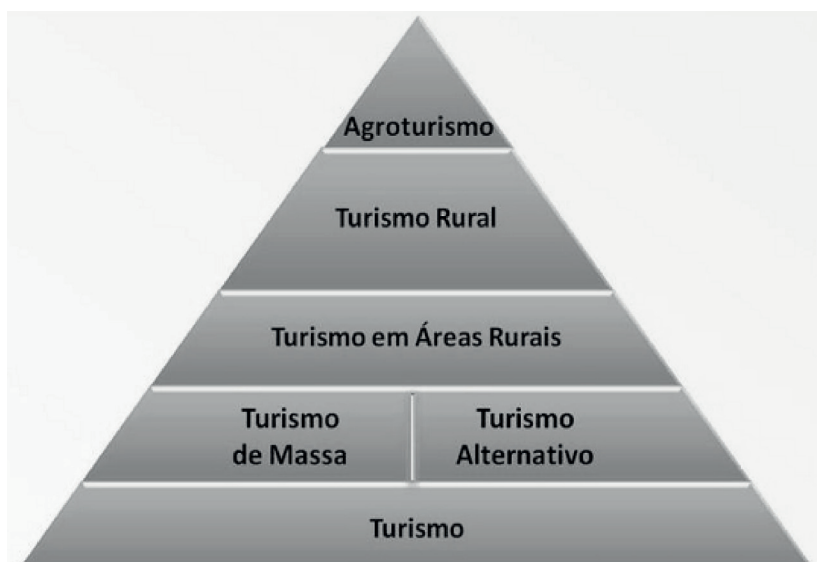
Para Campanhola e Graziano da Silva (2000), a distinção entre “turismo no meio rural” e “agroturismo” é de suma importância, uma vez que “essa diferenciação reflete melhor a separação entre aquelas atividades ligadas às diferentes formas de lazer e recreação que se realizam dentro e fora das propriedades rurais” (p. 147). Conforme esses autores, o “turismo no meio rural” está relacionado a qualquer atividade de lazer e turismo que seja realizada em áreas rurais, envolvendo, além do agroturismo, outras atividades não relacionadas a atividades agropecuárias pro-

dutivas, ou à produção agropecuária. Para o agroturismo, os autores apresentam o seguinte conceito:

Atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade, devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc.), a partir do “tempo livre” das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão de obra externa (p. 148).

Em outras palavras, “o agroturismo refere-se às atividades turísticas que ocorrem no interior das propriedades com atividades agropecuárias produtivas” (p. 148). Nessa perspectiva, as atividades agropecuárias de caráter produtivo ganham respaldo e se tornam parte importante da atividade turística, gerando renda e ocupações para as famílias envolvidas e produtos típicos e de qualidade para os turistas.

Sznajder, Prezezbórska e Scrimgeour (2009) salientam que a distinção entre agroturismo e turismo rural não é artificial. Turismo rural e agroturismo não são expressões equivalentes, mas os dois conceitos estão intimamente interligados. Por outro lado, a extensão do conceito de agroturismo varia de acordo com as diferentes regiões geográficas, variabilidade essa que resulta sobretudo do papel que a agricultura e as áreas rurais desempenham em cada região ou país. Todavia, como se observa na pirâmide abaixo, elaborada por esses autores, evidencia-se, de um modo geral, uma posição hierárquica menos abrangente do turismo rural e do agroturismo em relação aos demais tipos de turismo (turismo em áreas rurais, turismo de massa, turismo alternativo).



Pirâmide de abrangência dos termos relacionados com o turismo
Elaborado pelos autores a partir de: SZNAJDER; PREZEZBÓRSKA; SCRIMGEOUR, 2009, p. 6.

Bricalli (2005, p. 46) ressalta que o turismo no espaço rural representa a categoria mais abrangente, que envolve todas as demais modalidades de turismo, enquanto o turismo rural propriamente dito se caracteriza pelo “envolvimento dos turistas com a população local e com o ambiente onde é praticado” e o agroturismo “está relacionado com a presença das atividades agropecuárias nos limites das propriedades”.

De acordo com a definição de Bovo (2005), o turismo rural encontra-se estruturado em um espaço rural caracterizado pela natureza, pela identidade local e pelo modo de vida no campo, sendo este último o atrativo central da atividade turística. Tal conceito vai ao encontro da proposta de Zimmermann (1996), que destaca como princípios que regem o turismo rural o atendimento familiar, a preservação das raízes, a harmonia e sustentabilidade ambiental, a autenticidade de identidade, a qualidade do produto e o envolvimento da comunidade local.

Outra perspectiva de análise que merece um olhar mais atento encontra-se em Rodrigues (2000, p. 54), para quem o turismo rural estaria “relacionado a atividades agrárias passadas e presentes que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural”, diferenciando-as das áreas “cuja marca persistente é o seu grau de naturalidade, relativo a ecossistemas ricos em biodiversidade”. Para definir turismo rural, a autora sugere a sistematização e classificação que segue, levando em conta alguns aspectos importantes, tais como o processo histórico-cultural das propriedades, a estrutura fundiária e características da paisagem, entre outros.

- ▶ **Turismo Rural Tradicional:** seus principais produtos turísticos estão relacionados à história do país. Subdivide-se em:
 - **Turismo Rural de Origem Agrícola:** é representado pelas propriedades que se constituíram como unidades de exploração agrária durante os ciclos do café, do açúcar e do ouro. As hospedagens são feitas em antigas fazendas de café paulistas e em outras que tiveram origem na rota de tropeiros, a exemplo do que se verifica em Lages/SC;
 - **Turismo Rural de Colonização Europeia:** está relacionada à história da imigração europeia para o Brasil, especialmente para a região Sul. Em geral, as hospedagens são feitas em fazendas suntuosas ou em pequenas propriedades rurais, de estrutura simples e rústica, na qual a atividade agrária ainda detém um papel importante e o turismo se constitui em atividade econômica complementar: “trata-se de um turismo de pequeno porte, modesto, de estrutura essencialmente familiar”.
- ▶ **Turismo Rural Contemporâneo:** essa modalidade emerge como alternativa ao modelo “sol e praia”, estando associada ao modo de vida e cultura do campo. Integram esse grupo os hotéis-fazendas, as pousadas rurais, os *spas* rurais, as segundas residências campestres e os *campings* rurais.

Os hotéis-fazenda, assim como as pousadas rurais, estão ligados à valorização da cultura rural, via folclore, gastronomia e atividades rurais. A principal diferença entre esses dois tipos de estabelecimentos está na sofisticação, uma vez que o segundo é mais rústico e menos sofisticado que o primeiro. Os *spas* rurais têm como objetivo proporcionar ao paciente-hóspede “o bucolismo da vida campestre”, incrementado com caminhadas, esportes aquáticos e banhos de cachoeira. Podem, portanto, enquadrar-se também na categoria turismo-saúde.

A segunda residência campestre encontra-se nos arredores de aglomerações metropolitanas e em zonas serranas, como, por exemplo, as cidades de Petrópolis e Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro. A respeito de tais estabelecimentos, Bovo (2005) assinala que eles apresentam características que podem ou não defini-los como promotores de atividades de turismo rural.

A diversidade de conceitos e de terminologias apresentados no decorrer desta exposição acaba por causar confusão e dificulta a proposta de uma classificação clara e objetiva que possa servir como elemento orientador de políticas públicas voltadas ao turismo rural e ao desenvolvimento local.

Características e funções do turismo rural

De um modo geral, o turismo rural caracteriza-se como uma atividade não-agrícola que possibilita um melhor aproveitamento da propriedade rural, ajudando o agricultor a agregar valor aos produtos ou serviços que nela são gerados. No entanto, para além dessa visão geral, existem aspectos que permitem uma apreensão mais aprofundada dessa atividade enquanto fenômeno característico da atualidade e que, por esse motivo, merecem ser analisados.

Sznajder, Prezebórska e Scrimgeour (2009) resumem em três as principais características do turismo rural⁴⁹. A primeira delas refere-se à possibilidade que essa atividade tem de satisfazer determinadas necessidades humanas, como é o caso da participação prática do turista no processo de produção de alimentos, na propriedade de uma família ou na comunidade rural. Nessa perspectiva, o turista tem a oportunidade não apenas de auxiliar na produção animal e vegetal e no processamento de alimentos, mas, sobretudo, de observar parte da vida de uma família agrícola. O turismo rural compreendido nesses termos representa, segundo os autores, um tipo de turismo difícil, porém ambicioso, pois não é uma forma de turismo considerada interessante por todos os turistas, mas somente por aqueles que buscam aliar descanso à aquisição de novos conhecimentos ou experiências práticas.

A segunda característica destacada pelos autores diz respeito à possibilidade de satisfazer a necessidade cognitiva humana e/ou etnográfica, dentro do contexto da

49 Os autores utilizam o termo *agriturismo*. Optou-se, neste livro, pela utilização do termo *turismo rural*, apesar da distinção entre os conceitos que serão apresentados na sequência do texto.

produção agrícola. O turismo rural é um tipo de atividade que propicia ao turista um aprendizado sobre a vida das pessoas do meio rural, sobre sua cultura e seus costumes.

Por último, os autores mencionam a possibilidade de satisfazer necessidades emocionais, referindo-se à disposição que têm os turistas para o contato direto com animais domésticos, plantas e produtos de processamento, bem como ao seu gosto por vivenciar o rural idílico relacionado com a rusticidade, o silêncio, os sons e os aromas característicos do campo.

Esse conjunto de características evidencia outro aspecto relevante do turismo rural, qual seja, seu caráter multidisciplinar, que deveria ser abordado e tratado por diferentes disciplinas, tais como a Economia, a Geografia, a Biologia, a Agricultura, o Direito, a Ecologia, a Etnologia e outras.

Associado e essas particularidades, Sznajder, Prezezbórska e Scrimgeour destacam um conjunto de funções de importância variada relacionadas com a renda, o emprego, a ativação de áreas rurais e a conservação da natureza, e outras vinculadas ao descanso, à recreação e à educação tanto de populações urbanas quanto de populações rurais. Os autores classificam essas funções em três categorias distintas: a função psicossocial, a função econômica e a função espacial e ambiental, como mostra o quadro abaixo.

Funções do Agroturismo		
Psicossocial	Econômica	Espacial e ambiental
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aquisição de novas habilidades 2. Conhecimento de novas pessoas 3. Possibilidade de reviver tradições rurais 4. Promoção da educação 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento das opções de acomodação 2. Aumento dos locais de trabalho 3. Ampliação das fontes de lucro 4. Superação da recessão econômica 5. Promoção do desenvolvimento econômico social 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proteção integrada dos ambientes e da natureza 2. Desenvolvimento da infraestrutura local 3. Valorização dos imóveis locais 4. Utilização de recursos 5. Contenção do êxodo rural

Funções do agroturismo
Elaborado pelos autores a partir de: LAKOVIDOU et al., citados por SZNAJDER; PREZEZBÓRSKA; SCRIMGEOUR, 2009, p. 10.

A primeira dessas funções, isto é, a função psicossocial ou sociopsicológica, encontra-se vinculada a um conjunto variado de aspectos: maior respeito pela comunidade rural; o entrelaçamento entre culturas do meio urbano e do meio rural; a oportunidade de ter contato com o estilo de vida tradicional da comunidade rural; a aquisição de novas habilidades, experiências e profissões; a possibilidade de reviver tradições rurais, suscitando o respeito e a revalorização de tradições folclóricas

e culturais “esquecidas”; e a chance de adquirir conhecimentos sobre a natureza, a herança cultural e os produtos agrícolas, favorecendo, assim, a mudança de atitudes específicas em relação a diferentes aspectos da realidade.

As funções econômicas, por sua vez, estão vinculadas aos incentivos para o desenvolvimento agrícola, podendo representar a geração de uma fonte de renda adicional, tanto para as propriedades rurais quanto para as comunidades locais e regionais. No quadro, destacam-se: a ampliação das facilidades de acomodação (alojamento); a manutenção da produção existente e a melhoria da qualidade de serviços oferecidos e a consequente contribuição para o desenvolvimento de mercados locais voltados para gêneros alimentícios e diferentes tipos de serviços; a criação de empregos e a redução das taxas de desemprego; possibilidades de fontes de rendas adicionais para agricultores e a consequente redução da dependência da agricultura; a diversificação da economia local; e a revitalização da comunidade rural.

Por fim, as funções espaciais e ambientais incluem aspectos como: o cuidado com o ambiente e a proteção da natureza; o desenvolvimento da infraestrutura local (abastecimento de água, sistema de detritos, tratamento de restos de plantas, estradas, transporte público, facilidades de recreação), permitindo que a vida no campo se torne mais fácil e que se melhore o padrão de vida das populações rurais; a atenção dada ao valor estético das casas e das áreas em sua vizinhança; o aproveitamento de construções antigas, comumente abandonadas, mas que representam um elemento importante da preservação da herança cultural rural; a retenção da migração em massa nas áreas rurais; e a diminuição do êxodo rural.

De acordo com os mesmos autores, algumas das funções mencionadas se sobrepõem, se adicionam ou derivam de outra. Além disso, é difícil determinar quais delas são mais ou menos relevantes, porém muitos estudos têm evidenciado que a função primária do turismo rural destacada pelos agricultores e fornecedores de alojamentos rurais está relacionada à renda adicional.

Aspectos do turismo rural

Embora o turismo rural seja revestido de características e funções apreciáveis relacionadas ao desenvolvimento das áreas rurais, existem alguns aspectos considerados essenciais para sua plena realização, quais sejam: organização, administração, *marketing* e economia. Esses aspectos permitem uma visão mais ampla da complexidade do turismo rural e dos desafios a serem enfrentados caso ele seja encarado como uma estratégia de desenvolvimento rural. E, segundo Sznajder, Prezezbórska e Scrimgeour (2009), o conhecimento de tais aspectos pode ser transformado em produto ou serviço a ser oferecido aos turistas.

- ▶ **Organização do turismo rural** – A organização associa-se a todas as leis de negócio e finanças, bem como às regulações de segurança, instituindo uma estrutura para o turismo rural. Nesse sentido, a organização diz respeito aos tipos de propriedade, às obrigações, à estrutura interna

da entidade de turismo rural e às relações existentes entre produtos e serviços que são oferecidos pela exploração agrícola.

- ▶ **Administração em turismo rural** – Esta compreende a administração da logística, dos produtos e serviços, da hospitalidade, da qualidade e da segurança, bem como dos recursos humanos. Abrange, assim, o modo de receber os hóspedes e de dialogar com eles, a forma como as refeições são preparadas, a programação artística e, além disso, a decoração interna e dos arredores.
- ▶ **Marketing no turismo rural** – O *marketing* abrange a propaganda e a promoção dos produtos turísticos, assim como a divulgação e a política de preços. Os preços não apenas determinam a renda, mas também informam o “objetivo” aos turistas. Segundo García Henche (2006, p. 188), “na hora de estudar o instrumento preço e sua utilização no turismo rural, há que se considerar que turismo rural é a oferta de serviços turísticos aos consumidores”. Assim sendo, o *marketing* também tem por função pesquisar consumidores potenciais, em termos de idade, sexo, local de residência, nível de renda, preferências e modo de vida. A essência do *marketing* é, portanto, um produto bem desenvolvido.
- ▶ **Economia do turismo rural** – O foco da análise econômica do turismo rural contempla a descrição e a avaliação das entidades que estão em funcionamento no setor, representadas não somente por explorações agrícolas, mas também por determinadas empresas e associações. A economia do turismo rural também abrange a segmentação de consumidores de serviços turísticos rurais e a análise de mercado, bem como os problemas de financiamento de empresas turísticas rurais, investimentos na atividade e renda das pessoas rurais.

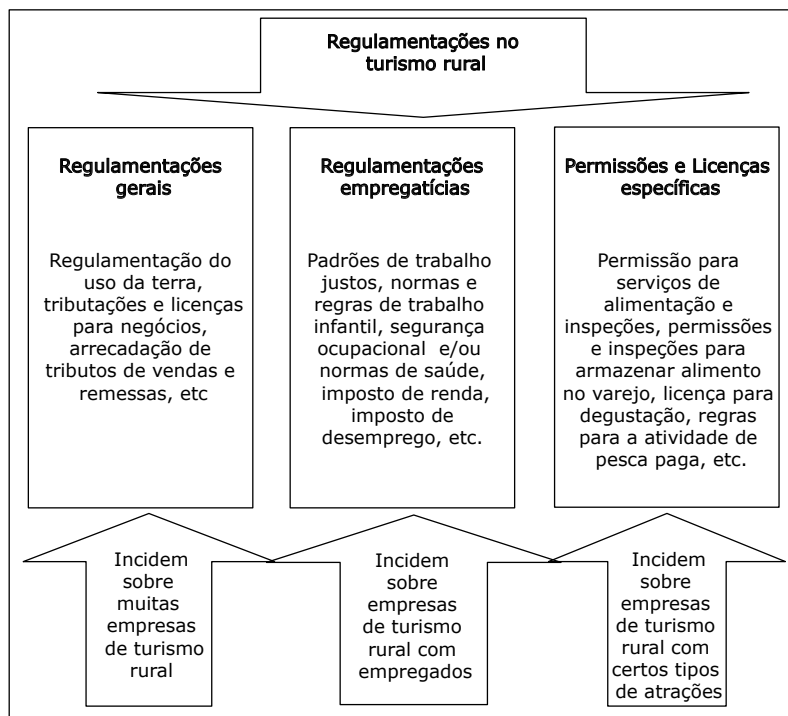
Nessa perspectiva, os desafios econômicos do turismo rural estão relacionados não apenas à situação da economia nacional e regional, mas sobretudo às decisões econômicas das empresas, dos consumidores e dos elaboradores de políticas públicas.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO COM ÊNFASE NO TURISMO RURAL

Embora tenha surgido na década de 1980, foi somente a partir da década de 1990 que a temática do turismo rural passou a ser o foco de uma série de discussões no cenário acadêmico e político brasileiro. Desde então, percebe-se uma crescente influência do Estado, com a criação de políticas públicas específicas, no sentido de viabilizar novas estratégias de fortalecimento e fomento dessa atividade em prol do desenvolvimento local e regional.

Dentro dessa conjuntura, a implementação e o desenvolvimento da atividade do turismo rural passou a ser mediada por um conjunto de normas ou regulamen-

tações, baseadas em leis e consideradas indispensáveis para sua viabilização. Assim, por exemplo, diversos regulamentos apresentam normas relativas a impostos, taxas, licenças, códigos e matrículas; ou orientam nos casos em que permissões podem ser requeridas. Esses fatores, apresentados no quadro abaixo, podem estar relacionados à localização da empresa (cidade ou mesmo região), a atrações oferecidas, ao sistema de contratação dos empregados, e assim por diante.



Regulamentações para empresas de turismo rural
Elaborado pelos autores a partir de: SZNAJDER; PREZEZBÓRSKA; SCRIMGEOUR, 2009.

As regulamentações para empreendimentos de turismo rural mudam de acordo com o tipo de empreendimento e de acordo com seu tamanho, com a natureza das tarefas e com o número de pessoas empregadas. Em uma operação de turismo rural que se encontre nos limites das cidades, o proprietário do empreendimento poderá necessitar de uma licença de negócio do distrito, ou de uma licença de negócio do município. Em outros casos, o registro de uma atividade de negócio pode incluir a obrigação de possuir um seguro social em uma instituição devidamente regulamentada, um seguro-doença, um seguro-acidente, um seguro-invalidez, um seguro-aposentadoria, um fundo de emprego e um seguro-saúde; além disso, o registro de uma atividade de negócio pode envolver mudança no cálculo de impostos locais (SZNAJDER, PREZEZBÓRSKA E SCRIMGEOUR, 2009).

Como a atividade de turismo rural necessita de adequações legais, diversos problemas deverão ser equacionados, conforme mostra a figura abaixo.



Problemas relativos à regulamentação da atividade de turismo rural
Elaborado pelos autores a partir de: SZNAJDER; PREZEZBÓRSKA; SCRIMGEOUR, 2009.

O registro dos negócios é uma prática nas jurisdições de muitos países, e frequentemente é necessária, além do registro, a solicitação de licenças adicionais, que são emitidas por diferentes agências e departamentos governamentais. São essas licenças de negócios que vão permitir ao indivíduo ou à companhia exercer suas diferentes atividades em determinado território.

Quando relacionadas ao turismo rural, tanto no Brasil quanto em diversos outros países, as licenças ou permissões para cada tipo de atração estão atreladas a certos tipos de atividades, tais como:

- ▶ serviços alimentares;
- ▶ armazenagem de alimentos no varejo;
- ▶ produção, venda e transporte de vinho e licor;
- ▶ pequenos zoológicos;
- ▶ viveiros de plantas; e
- ▶ atividade de pesca remunerada.

Sznajder, Prezezbórska e Scrimgeour (2009) apontam que, de acordo com as leis domésticas de diferentes países, há regulamentações especiais para instituições que oferecem serviços de alojamento, incluindo quartos de hóspedes rurais e propriedades rurais de turismo. Para empresas turísticas tais como hotéis, casas de hóspedes, campos turísticos, propriedades turísticas rurais e outras instituições

com serviços similares, pode haver a exigência de solicitações específicas relativas às condições higiênico-sanitárias.

A adequação às regulamentações relativas ao turismo rural assume, portanto, importância significativa para os empreendedores do segmento, uma vez que tais fatores possibilitam o acesso às políticas públicas disponíveis. Apesar de seu caráter ainda recente no contexto brasileiro, as políticas públicas para o turismo rural são de grande importância para o desenvolvimento desses empreendimentos.

Nesse sentido, segundo George, Mair e Reid (2009), o papel das políticas públicas diz respeito a um dos principais aspectos do desenvolvimento do turismo, porém continua sendo um dos menos debatidos. Os autores salientam que uma política é um plano de ação para guiar ou influenciar decisões, ações e outros assuntos. Esse plano é desenvolvido como ferramenta administrativa, visando a atingir objetivos políticos, gerenciais, financeiros e administrativos estabelecidos. Inclusas em seu processo, estão a identificação de alternativas e a escolha daquelas que terão impactos mais positivos.

De acordo com Sznajder, Prezezbórska e Scrimgeour (2009), verifica-se falta de consenso na definição de políticas públicas, mas identificam-se, nas definições, elementos comuns, quais sejam:

- ▶ a política é feita em nome do “público”;
- ▶ a política geralmente é feita ou iniciada pelo governo;
- ▶ a política é interpretada e implementada pelos atores públicos e privados;
- ▶ identifica-se aquilo que o governo tenta fazer; e
- ▶ identifica-se aquilo que o governo escolhe não fazer.

Quando se relaciona turismo com política pública, existem, segundo George, Mair e Reid (2009), particularmente no nível local e regional, três principais objetivos, que são: diversificação econômica, renovação econômica e enfoque na área social.

Sendo considerado uma ferramenta para o desenvolvimento econômico, o turismo assume importância significativa para as áreas rurais, justificando sua inclusão nos projetos de desenvolvimento de tais áreas. No Brasil, as ações voltadas à valorização da atividade turística, bem como a atividade turística no meio rural, são destacadas no quadro abaixo, que apresenta um panorama histórico do turismo no país.

Período	Ações
1966	<ul style="list-style-type: none">• Criação do Conselho Nacional de Turismo e da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR
1971	<ul style="list-style-type: none">• Criação do Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR
1988	<ul style="list-style-type: none">• Promulgação da Constituição Federal, onde o incentivo ao turismo é citado como fator de desenvolvimento social e econômico
Década de 1990	<ul style="list-style-type: none">• Valorização da atividade turística
1994	<ul style="list-style-type: none">• Implementação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PMNT
1996	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Plano Nacional de Turismo – PNT
1998	<ul style="list-style-type: none">• Realização do I Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável – CITURDES• Elaboração da Carta de Santa Maria
1999	<ul style="list-style-type: none">• Atividades não-agrícolas como o turismo rural passam a ser contempladas pelo PRONAF
2003	<ul style="list-style-type: none">• Criação do Ministério do Turismo e lançamento do Plano Nacional de Turismo• Criação do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar• Apresentação do documento referente ao Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA• Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil 2003-2007
2004	<ul style="list-style-type: none">• Programa da Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil
2006	<ul style="list-style-type: none">• Segmentação do Turismo: marcos conceituais
2007	<ul style="list-style-type: none">• Documento referencial: Turismo no Brasil 2007-2010• Plano Nacional de Turismo 2007-2010

Panorama histórico do turismo no cenário brasileiro
Elaborado pelos autores a partir de: SANTOS; PIRES, 2010.

As inúmeras iniciativas governamentais acima apresentadas, destinadas a consolidar o turismo rural como vetor de desenvolvimento sustentável, revela a importância que essa atividade adquiriu no cenário político, social e econômico brasileiro. Entretanto, apesar de todos esses esforços, ainda há muito a fazer para que o turismo rural no Brasil se torne efetivamente uma atividade capaz de promover o desenvolvimento sustentável em todo o território nacional.

Segundo Santos e Pires (2010), a diversidade existente nas diferentes regiões e as peculiaridades de cada estado, no que concerne à organização territorial e institucional, acabam condicionando as ações governamentais e as articulações e parcerias com a sociedade, fazendo com que o turismo não se desenvolva de forma homogênea de norte a sul do país. Por isso, impõe-se que as políticas nacionais em torno do turismo rural sejam *a priori* incorporadas a políticas regionais e estaduais, para que tais divergências sejam superadas no processo de desenvolvimento da atividade.

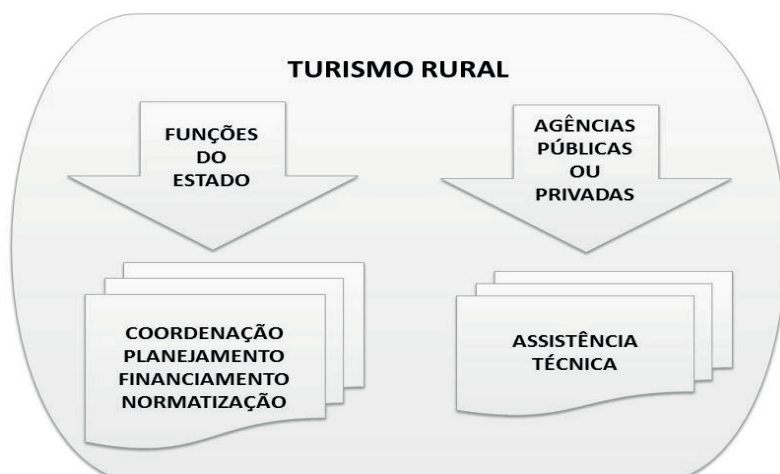
Nesse contexto, Henz (2009) considera que a política pública é a melhor alternativa para se planejar a atividade turística de forma coerente e respeitando o desenvolvimento das comunidades locais e o crescimento econômico dos agentes envolvidos no processo, desde que estes estejam coordenados com as demais políticas setoriais. De acordo com esse autor, o Estado deve desempenhar quatro funções no contexto das políticas públicas do turismo, a saber:

- ▶ coordenar, através da elaboração e implementação de uma política para o turismo;
- ▶ planejar, mediante a integração dos planos de turismo no planejamento global da atividade;
- ▶ financiar (subsidiar), oferecendo infraestrutura e apoio à iniciativa privada; e
- ▶ normatizar, através da formulação de leis e regulamentos específicos.

Corroboram essa ideia Long e Nuckolls (1994, p. 29), ao apontarem como fator “necessário para organizar efetivamente o desenvolvimento do turismo a assistência técnica”, sendo esta entendida como o fornecimento de recursos, especialistas e/ou informações por entidades públicas ou privadas, com o fim de amparar as comunidades em seu desenvolvimento. Em muitos casos, os grupos de turismo não são suficientemente conscientes do tipo e da qualidade da assistência a ser prestada, e faz-se mister um esforço conjunto por parte dos responsáveis pela assistência técnica, para definir e promover os serviços e o suporte adequados às comunidades.

Do mesmo modo, em determinadas situações, as agências públicas e privadas deixam de realizar o que realmente podem enquanto fornecedores de assistência técnica direta ou indireta, e grupos de desenvolvimento do turismo veem-se na contingência de assumir a responsabilidade por decidir da aplicabilidade e utilidade de vários tipos de recursos e especialistas para a situação. Nenhum tipo de agência de assistência técnica, quer pública, quer privada, pode satisfazer às necessidades de todos os grupos de interesse no turismo rural; entretanto, a combinação dos recursos de diversos fornecedores de assistência técnica e o desenvolvimento de parcerias e relações a longo prazo permitem que seja feito um progresso substancial para responder às necessidades locais.

A figura abaixo sintetiza as funções do Estado e das agências públicas e privadas no contexto do desenvolvimento do turismo rural.



Funções das instituições no desenvolvimento do turismo rural
Elaborado pelos autores.

Embora muitos governos estatais forneçam recursos substanciais para a promoção do turismo com abrangência em todo território do país, o suporte para o desenvolvimento regional e local do turismo na comunidade é, em sua maior parte, fragmentado ou inexistente. Com o Estado abdicando seu papel no desenvolvimento do produto turístico na comunidade, esse papel está sendo assumido mais e mais pelas agências federais, pelas universidades e, em alguns casos, por empresas de consultoria privadas.

O PROCESSO TURÍSTICO NO ESPAÇO RURAL: PLANEJAMENTO, IMPACTOS E INFLUÊNCIAS

A atividade turística compreende um processo tecido de etapas, elementos e parâmetros que orientam seu desenvolvimento. Um componente fundamental para a constituição desse processo é o planejamento, pois este baliza as ações que conduzem à efetivação da atividade turística, além de encaminhar os resultados gerados pela atividade, de acordo com a concepção que o norteia.

No contexto do turismo rural, o planejamento reveste-se de significativa relevância para as comunidades rurais, uma vez que os recursos físicos, humanos e financeiros são, na maioria das vezes, escassos e as comunidades necessitam estabelecer estratégias de planejamento adequadas à situação local e que favoreçam não só a maximização das influências positivas sobre a sociedade e a cultura, como também os impactos positivos sobre a economia e o ambiente locais.

Com o objetivo de elucidar essas questões, serão apresentadas, na sequência, dez etapas que devem compor o planejamento da atividade, dando-se ênfase especial à participação ativa da comunidade rural durante todas as suas etapas e a seu caráter sistêmico. Posteriormente, serão abordadas influências e impactos que podem ser ocasionados pela efetivação da atividade.

PLANEJAMENTO DO TURISMO RURAL

O planejamento é uma ferramenta que possibilita preestabelecer a condução de determinado fenômeno de forma organizada, facultando, assim, determinar os objetivos que se almejam atingir com relação a esse fenômeno. Molina e Rodríguez (2001, p. 81) assim definem o planejamento: “É um processo sistemático e flexível, cujo único fim consiste em garantir a consecução dos objetivos que, sem este processo, dificilmente poderiam ser alcançados”.

Sendo o turismo uma atividade que consome o espaço e seus recursos, bem como os recursos humanos de um dado local, a inserção dessa atividade socioeconômica gera, conseqüentemente, transformações nas comunidades receptoras. Nesse sentido, Ruschmann (1999) enfatiza que o processo de planejamento turístico constitui um instrumento que possibilita sistematizar a ação humana sobre o espaço turístico, de forma que esse processo colabore para alcançar objetivos e evitar os

efeitos negativos da atividade sobre o espaço e os atrativos do turismo, conduzindo de maneira harmoniosa a evolução da atividade.

Long e Nuckolls (1994) destacam que o processo de planejamento turístico em nível local deve, primeiramente, preocupar-se em estabelecer estratégias voltadas para a realidade das comunidades, privilegiando a interação entre planejadores e líderes locais com o intuito de organizar o turismo em torno de um plano de ação realista, ou seja, que leve em consideração as necessidades da comunidade local. Molina e Rodríguez (2001, p. 14), por sua vez, observam que o planejamento turístico vem passando por transformações, pois “o planejamento centralizado está cedendo lugar a um outro mais participativo, que reconhece as capacidades e interesses locais e regionais e as realidades dos grupos humanos e econômicos que atuam em suas respectivas áreas”.

O planejamento estratégico, enquanto forma de planejamento balizado por missões e caminhos que conduzem à implementação de planos táticos, é considerado por Long e Nuckolls (1994) o modelo que mais se aproxima das necessidades do turismo, devendo, no contexto específico do turismo rural, contemplar dez atividades: (1) reunir informação; (2) identificar valores da comunidade; (3) criar uma visão; (4) identificar preocupações e oportunidades críticas; (5) desenvolver uma missão; (6) desenvolver metas; (7) desenvolver objetivos; (8) desenvolver ações e estratégias; (9) avaliar o progresso; e (10) atualizar e modificar o plano. No quadro que segue, são explanadas as dez atividades do planejamento.

Planejamento do turismo em áreas rurais: uma abordagem integrada

PLANEJAMENTO DA ATIVIDADE	DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE	DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO TURÍSTICO	MARKETING DO PRODUTO TURÍSTICO
<i>Onde estamos hoje?</i>				
1. Reunir informação	Avaliar a composição do grupo existente. Identificar representantes potenciais que possam ou poderiam ser envolvidos.	Identificar tanto os interesses turísticos quanto os não-turísticos que podem ser afetados pela proposta de desenvolvimento do turismo. Determinar temas ou preocupações-chave dos vários intervenientes.	Conduzir um inventário e uma avaliação dos recursos da área do turismo, serviços e infraestrutura. Estimar níveis existentes de uso e projetar capacidade.	Traçar um perfil dos mercados existentes em termos de origem geográfica, demográfica, ciclo de vida das famílias, padrões de gastos, necessidades e interesses.
<i>Aonde queremos ir?</i>				
2. Identificar valores da comunidade	Membros da organização de turismo expressam valores da comunidade por responderem a questões relacionadas à qualidade de vida agora e no futuro.	Representantes da comunidade expressam seus valores ao responderem a questões relacionadas a qualidade de vida agora e no futuro.	Valores expressos pela organização de turismo e por representantes da comunidade começam a constituir a base sobre a qual serão alicercados o desenvolvimento futuro do turismo e decisões de alocação de recursos.	Valores expressos pela organização de turismo e por representantes da comunidade começam a constituir a base sobre a qual serão alicercados decisões futuras de <i>marketing</i> de turismo.
3. Criar uma visão	Membros da organização de turismo criam uma imagem de como a comunidade deveria olhar, sentir e ser, hoje e no futuro.	Representantes da comunidade criam uma imagem de como a comunidade deveria olhar, sentir e ser, hoje e no futuro.	A "história" descreve o desenvolvimento futuro e a qualidade de vida na comunidade e, além disso, reforça a fundação e guia o desenvolvimento do turismo e decisões de alocação de recursos.	A "história" descreve o desenvolvimento futuro e a qualidade de vida na comunidade e, além disso, reforça a fundação e guia decisões de <i>marketing</i> do turismo.
4. Identificar preocupações e oportunidades críticas	Listar, através de um <i>brainstorming</i> , as preocupações e as oportunidades que os membros das organizações de turismo podem estar enfrentando. Ideias similares são combinadas e resumidas para refletir (1) aquelas relacionadas ao turismo e (2) aquelas com as quais a organização de turismo deveria lidar.	Listar, através de um <i>brainstorming</i> , as preocupações e as oportunidades que os representantes das comunidades podem estar enfrentando. Ideias similares são combinadas e resumidas para refletir (1) aquelas relacionadas ao turismo e (2) aquelas que podem ser encaminhadas pela organização do turismo ou através das iniciativas de turismo.	As maiores preocupações e oportunidades fornecerão a direção para o desenvolvimento de iniciativas de turismo. Ideias expressas deveriam ser revistas, e quanto mais concretos possível deveriam ser os planos para desenvolver ou realçar atrações turísticas, serviços e infraestrutura que estejam sendo considerados.	As preocupações e oportunidades maiores fornecerão a direção para o desenvolvimento de iniciativas de turismo. Ideias expressas deveriam ser revistas, e quanto mais concretos possível deveriam ser os planos para o <i>marketing</i> de recursos e de serviços turísticos que estão sendo considerados.
5. Desenvolver uma missão	Membros da organização de turismo articulam seu propósito de existir e determinam a quem estão servindo. Isso é importante para reconhecer não somente o visitante, mas também as necessidades da comunidade durante essa atividade.	A missão da organização de turismo serve como veículo para informar a comunidade sobre os propósitos da existência do grupo.	A missão, além dos valores, da visão, das preocupações e das oportunidades, ajuda a guiar o esforço de desenvolvimento do turismo.	A missão, além dos valores, da visão, das preocupações e das oportunidades; ajuda a guiar o esforço de <i>marketing</i> .

continua...



...continuação

Aonde queremos ir?			
6. Desenvolver metas	Com base nos valores, na visão, nas preocupações, nas oportunidades e na missão da organização de turismo, são desenvolvidas metas relativas à estrutura e à administração da organização.	Metas relacionadas à educação e ao envolvimento da comunidade nos esforços de desenvolvimento do turismo são desenvolvidas. Muito provavelmente, metas encontrarão caminho para envolver o público no processo de planejamento.	Com base nos valores, na visão, nas preocupações, nas oportunidades e na missão da organização, são desenvolvidas metas para o desenvolvimento físico e/ou a melhoria dos recursos do turismo, dos serviços de viagem e da infraestrutura.
De que maneira teremos êxito?			
7. Desenvolver objetivos	Membros da organização de turismo desenvolvem ação orientada, declarando o que propõem para realizar cada meta organizacional. O número de objetivos para cada meta variará dependendo do estágio de desenvolvimento do grupo e da disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros.	Membros da organização de turismo desenvolvem ação orientada, declarando o que propõem para realizar cada meta de envolvimento e de educação da comunidade. O número de objetivos para cada meta variará dependendo do nível de interesse e envolvimento da comunidade nas iniciativas de turismo e da disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros.	Membros da organização de turismo desenvolvem ação orientada, declarando o que propõem para realizar cada meta de <i>marketing</i> do produto turístico. O número de objetivos para cada meta variará dependendo da quantidade e qualidade de atividades de <i>marketing</i> turístico existentes e da disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros.
8. Desenvolver ações e estratégias	Membros da organização de turismo definem estratégias e táticas que delineiam especificamente como cada objetivo organizacional será atingido. Isso inclui explorar alternativas de financiamento e assistência técnica, identificando oportunidades e atribuindo tarefas.	Membros da organização de turismo definem estratégias e táticas que delineiam especificamente como cada objetivo de <i>envolvimento e educação da comunidade</i> será atingido. Isso inclui explorar alternativas de financiamento e assistência técnica identificando oportunidades e atribuindo tarefas.	Membros da organização de turismo definem estratégias e táticas que delineiam especificamente como cada objetivo de <i>marketing turístico</i> será atingido. Isso inclui explorar alternativas de financiamento e assistência técnica, identificando oportunidades e atribuindo tarefas.
Como fizemos?			
9. Avaliar o progresso	Membros da organização fazem uma revisão periódica das atividades e do progresso da organização. Um relatório é redigido e cópias são submetidas a competentes grupos governantes, a agências de financiamento e ao público em geral.	Membros da organização fazem uma revisão periódica do envolvimento público-chave nas atividades. Um relatório é redigido e cópias são submetidas a competentes grupos governantes, a agências de financiamento e ao público em geral.	Membros da organização fazem uma revisão periódica das atividades e dos progressos do <i>marketing</i> do produto turístico. Um relatório é redigido e cópias são submetidas a competentes grupos governantes, a agências de financiamento e ao público em geral.
10. Atualizar e modificar o plano	Com base nas novas informações ou nas mudanças das circunstâncias, são feitas revisões no desenvolvimento organizacional.	Com base nas novas informações ou nas mudanças das circunstâncias, são feitas revisões no plano para o envolvimento da comunidade.	Com base nas novas informações ou nas mudanças das circunstâncias, são feitas revisões no plano para o <i>marketing</i> turístico.

Adaptado de: NUCKOLLS; LONG, 2009.

Essas dez atividades do planejamento estão inseridas em três fases diferentes, conforme apresentado no quadro abaixo.

Fases do planejamento	Avaliação da capacidade da comunidade	Estratégia e execução	Formalização e controle da atividade
Atividades do planejamento	1. Reunir informação 2. Identificar valores 3. Desenvolver visão 4. Identificar preocupações 5. Formular missão	6. Desenvolver metas 7. Desenvolver objetivos 8. Delinear ações e estratégias	9. Avaliar o progresso 10. Atualizar o plano

Fases do planejamento e suas respectivas atividades
 Elaborado pelos autores a partir de: LONG; NUCKOLLS, 1994.

A primeira fase visa a avaliar a capacidade da comunidade em receber turismo e inclui as cinco primeiras atividades de planejamento, as quais desvelam o lugar e seus residentes, proporcionando a percepção dos impactos que o turismo pode ocasionar na comunidade. A segunda fase, relativa à formulação de estratégias e à execução da atividade turística, contempla três das atividades de planejamento, apresenta os valores que conduzirão à ação e a própria ação. Por fim, a terceira etapa do planejamento contempla a formalização e o controle da atividade e é composta por duas últimas atividades, que consistem em avaliar os progressos e a necessidade de atualização do plano organizacional da atividade, a fim de permitir que os valores, a missão e a visão não se percam na condução do turismo.

Long e Nuckolls (1994) destacam algumas questões que merecem ser consideradas no âmbito do planejamento turístico. Em primeiro lugar, é importante que os líderes comunitários reconheçam o papel do planejamento e que o grupo trabalhe para a efetivação do plano estratégico organizacional, pois só assim serão alcançadas as metas básicas desse processo. Embora o planejamento seja um processo flexível quanto ao estabelecimento dos diferentes passos, deve haver um compromisso por parte do grupo de desenvolvimento do turismo no sentido de incluir eventualmente todos os passos do planejamento dentro de uma estrutura de tempo razoável. Por outro lado, cumpre evitar que o processo de planejamento seja conduzido apenas com base no orçamento disponível; faz-se necessário usar de criatividade para incluir estratégias de fundos “criativos”.

Feita a caracterização do planejamento enquanto instrumento capaz de conduzir de forma ordenada e harmoniosa a atividade turística, será abordado o tema das influências e impactos que podem ser ocasionados pelo turismo, os quais terão caráter positivo ou negativo, segundo o tipo de planejamento da atividade, ou até mesmo devido à falta dele, no processo turístico.

INFLUÊNCIAS E IMPACTOS DO TURISMO RURAL

Com relação aos efeitos causados pela inserção da atividade turística em uma dada localidade, cabe lembrar que eles atingem as diversas esferas do desenvolvimento. Existem, porém, evidências de que os impactos econômicos precisam ser entendidos no contexto dos fenômenos ambientais e sociais e de que os impactos e influências do turismo devem ser enfocados dentro de uma estrutura holística. De todos os setores, o turismo é de longe o mais “íntimo”: nenhum outro setor necessita de residentes a desempenhar o papel de “anfitriões” para a visita de “hóspedes” (consumidores do turismo).

Os impactos e as influências provocados pelo turismo rural podem abarcar os seguintes aspectos, conforme ressalta Favero (2010):

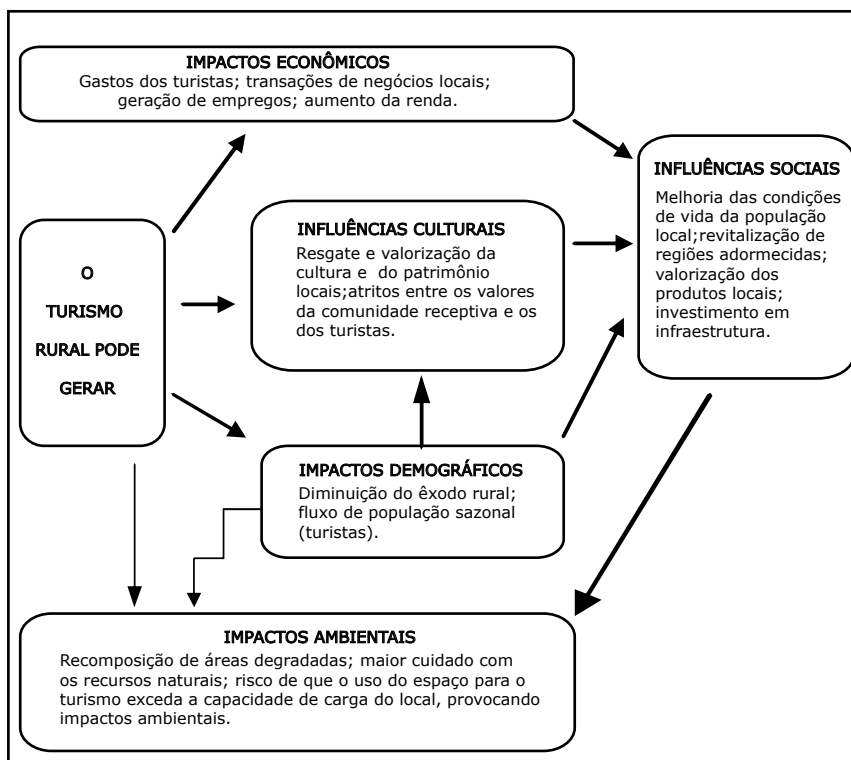
- ▶ **revitalização de regiões “adormecidas”**, a partir do desenvolvimento de uma nova atividade econômica;
- ▶ **fixação do homem no campo**, contribuindo, assim, para a diminuição do êxodo rural;
- ▶ **valorização e resgate da cultura local**, que representa os principais atrativos turísticos de cada região;
- ▶ **preservação do patrimônio arquitetônico e do meio ambiente**, aspectos de suma importância e que expressam as peculiaridades dos espaços rurais;
- ▶ **recomposição das áreas degradadas**, a partir de um cuidado maior com o meio ambiente e com a prática de atividades que possam causar danos aos recursos naturais;
- ▶ **melhoria nas condições de vida da população local**, em decorrência do aumento da renda e de investimentos em infraestrutura (saneamento básico, redes elétrica e telefônica, serviços públicos e do comércio, etc.);
- ▶ **melhoria da formação educacional do homem do campo**, componente de suma importância para um desenvolvimento bem-sucedido do turismo rural;
- ▶ **geração de empregos**, graças ao surgimento de novas oportunidades, envolvendo as mais diversas áreas;

- ▶ **melhoria da situação da mulher**, que passa a sentir-se mais valorizada em sua nova atividade;
- ▶ **valorização dos produtos locais**, que passam a ter mais qualidade, para poderem ser ofertados aos turistas e à comunidade;
- ▶ **estreitamento das relações estabelecidas entre o campo e a cidade**, a partir da troca de informações e experiências entre ambos; e
- ▶ **aumento das receitas nos municípios**, em virtude, principalmente, da circulação de recursos deixados pelos turistas.

A análise desse conjunto de benefícios deixa perceber, segundo Guerreiro (citado por ELESBÃO, 2007, p. 105), que a atividade do turismo rural contribui para o desenvolvimento rural em três níveis: (i) **demográfico**, através da fixação da população, sobretudo a mais jovem; (ii) **socioeconômico**, pela criação de empregos, melhoria dos rendimentos e diversificação das atividades econômicas; e (iii) **cultural**, por meio da promoção e recuperação do patrimônio arquitetônico, de hábitos, usos e costumes, e da dinamização dos diversos produtos regionais.

Além desses três níveis, também o nível ambiental pode ser contemplado, mediante o desenvolvimento de programas de conservação de áreas naturais, investimentos em medidas preservacionistas, realizadas pelos próprios empreendedores, e a valorização do convívio com a natureza, incorporada a uma utilização mais benéfica dos espaços naturais, entre outras ações (RUSCHMANN, 1999).

O quadro abaixo mostra que esses impactos e influências gerados pelo turismo rural nas comunidades que o incorporam como atividade socioeconômica, quer sejam de ordem positiva, quer de ordem negativa, são interligados entre si, mas incidirão sobre cada lugar de forma diferenciada, pois estão intimamente vinculados ao planejamento e às prioridades locais.



Influências e impactos gerados pelo turismo rural
 Elaborado pelos autores.

Atualmente, planejadores e pesquisadores do turismo estão reconhecendo, cada vez mais, que o desenvolvimento do turismo rural deve contribuir para a manutenção da cultura e da natureza locais, bem como colaborar para o bem-estar social e econômico das comunidades receptoras. Atingir essa meta requer um minucioso levantamento do potencial social, ambiental e dos impactos econômicos do desenvolvimento do turismo e uma exata compreensão de como esses impactos se inter-relacionam para contribuir para o sucesso ou o insucesso do empreendimento.

A INFLUÊNCIA SOCIAL E O IMPACTO ECONÔMICO DO TURISMO RURAL

As principais preocupações da pesquisa econômica rural quanto ao papel do turismo no desenvolvimento estão relacionadas aos seguintes aspectos: o vazamento de renda; multiplicadores; questões de trabalho (trabalho local *versus* trabalho importado e baixa remuneração); o número reduzido de empreendedores nas áreas rurais; e a proposição de que o turismo deveria ser antes um complemento do que o estio das economias rurais.

Segundo Slee, Farr e Snowdon (1997), para se obter uma estimativa dos benefícios econômicos que advêm do turismo a determinadas áreas, é necessário analisar

o nível de gasto dos visitantes e os impactos desses gastos na economia anfitriã. Os impactos devidos aos visitantes são de tríplice ordem:

- ▶ **impacto direto:** o impacto de gastos de turistas nas rendas e nos empregos em negócios onde os turistas gastam dinheiro;
- ▶ **impacto indireto:** o impacto provocado por sucessivas rodadas de transações de negócios locais que resultam dos gastos dos turistas; e
- ▶ **impacto induzido:** o impacto nas rendas e nos empregos causado pelo gasto de renda obtida como resultado do gasto dos turistas.

Segundo Krannich e Petrzela (2004), enquanto algumas áreas podem ser capazes de capitalizar o turismo rural com o objetivo de desenvolver uma economia local mais diversificada, outros lugares passam a ser demasiado dependentes desse tipo de turismo e podem tornar-se vulneráveis à eventual retração da atividade. Além disso, as oportunidades de emprego associadas ao crescimento do turismo tendem a localizar-se no setor de serviços, com baixos salários, frequentemente em tempo parcial, com falta de oportunidades para ascender e aporte de poucos benefícios. Embora tais empregos representem importantes opções de ocupação para alguns residentes, podem não gerar renda suficiente para sustentar devidamente a família. Por outro lado, também esses tipos de ocupação são altamente voláteis devido à sazonalidade inerente à atividade.

De fato, a magnitude das flutuações sazonais do turismo rural pode competir com a das indústrias extrativas tradicionais, porém com maior frequência de aumento e de queda. Ademais, ocorre seguidamente um vazamento substancial de renda fora da área local, particularmente quando a renda e os lucros são retirados pelas corporações estrangeiras, que muitas vezes controlam grande parte do desenvolvimento em tais cenários.

Estudos das percepções dos residentes sobre a atividade econômica baseada no turismo parecem confirmar a ideia de que os efeitos são mistos; grande parte desses estudos assinalam a tendência dos residentes a expressarem ceticismo, senão completa insatisfação, em relação às consequências do turismo em suas comunidades. Mesmo em localidades onde outras oportunidades de emprego têm sido reduzidas, muitos indivíduos estão dispostos a rejeitar perspectivas de trabalho no setor turístico, devido aos baixos salários e ao caráter sazonal da ocupação. Além disso, alguns residentes rurais relutam em trabalhar em ocupações relacionadas ao turismo, porque as consideram incongruentes com as tradições culturais e com os estilos de vida associados a trabalhos rurais mais tradicionais, tais como a derrubada, o corte e o transporte de madeira, a mineração e a agricultura.

OS IMPACTOS AMBIENTAIS DO TURISMO RURAL

Diversos autores apontam a necessidade de se conceberem formas de turismo rural responsáveis, que minimizem os impactos sobre o ambiente natural. Essa ne-

cessidade emana da relação que o turismo rural mantém com o meio ambiente, onde a natureza entra como componente-chave da atividade.

Segundo Krannich e Petrzelka (2004), é importante enfocar algumas das implicações do desenvolvimento baseado no turismo para o ambiente natural. Enquanto qualidades ambientais são ímãs que muitas vezes atraem o desenvolvimento, paradoxalmente, as crescentes pressões e mudanças que ocorrem em consequência do uso da terra podem resultar em prejuízos ambientais de monta.

Em algumas localidades, o número cada vez maior de pessoas que circulam cria volumes de tráfego que excedem a capacidade das ruas de pequenas cidades e estradas rurais, ocasionando tanto problemas de congestionamento quanto de segurança. O desenvolvimento residencial esparramado pode contribuir para a alteração do uso das terras agrícolas, a perda de espaço aberto e o agravamento da situação da segurança pública quando esse desenvolvimento se estender para paisagens de florestas e exacerbar os riscos associados a incêndios. As emissões de gases dos veículos e de fogões à lenha podem contribuir para deteriorar a qualidade do ar. Os volumes crescentes de desperdício de água e a deterioração da cobertura vegetal podem afetar a qualidade da água mesmo em localidades aparentemente intocadas.

Finalmente, entre as mais danosas consequências ambientais associadas ao desenvolvimento do turismo rural, contam-se seus efeitos sobre a vida selvagem. Efetivamente, a fragmentação da terra resultante da expansão residencial perturba o hábitat natural e pode levar ao declínio do número e da diversidade de espécies de vida selvagem.

EFEITOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL, A CULTURA E A CAPACIDADE DA COMUNIDADE RURAL

De acordo com Krannich e Petrzelka (2004), o crescimento da população que geralmente ocorre em áreas rurais em decorrência da atividade turística tem consequências múltiplas para o contexto social das comunidades afetadas. A chegada de novos residentes pode melhorar substancialmente o capital humano de inúmeras áreas rurais, pois eles trazem experiências ocupacionais, especializações, talentos e lideranças às suas novas comunidades. O crescimento populacional também tem potencial para gerar massa crítica de residentes, necessária para revigorar ou mesmo fundar organizações cívicas, igrejas e grupos de interesses, que, na maioria das vezes, estão exangues, senão inteiramente ausentes em muitas áreas rurais.

Assim sendo, o crescimento da população proporcionado pelo turismo tem potencial para acurar a capacidade da comunidade de responder a mudanças e de identificar as necessidades dos residentes locais. Esse potencial para aprimorar a capacidade da comunidade pode ser comprometido se o crescimento ocorrer em níveis que excedam tanto a preferência local quanto o poder de resposta das estruturas sociais e das instituições estabelecidas. Quando as taxas de crescimento são excessivas, as estruturas sociais informais, bem como as instituições públicas e as organizações formais, podem ficar tensionadas.

O aumento da população, somado à presença de um maior número de residentes recém-vindos como visitantes sazonais, corre o risco de reduzir “a densidade de convivência”, que tende a ser alta em localidades rurais mais estáveis e que contribui significativamente para a solidariedade social e para processos de apoio social informal. O crescimento da população também tem sido associado à chamada *cultura de confronto*, quando os valores tradicionais e os dos recém-chegados colidem.

REFERÊNCIAS

BOVO, Carlos Eduardo Oliveira. *Turismo rural no estado de São Paulo: uma semente que floresce*. Santa Maria: FACOS, UFSM, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Segmentação do Turismo: marcos conceituais*. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes-/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 1 set. 2010.

BRICALLI, Luiz Carlos Leonardi. *Estudo das tipologias do turismo rural: Alfredo Chaves (ES)*. Santa Maria: FACOS, UFSM, 2005.

BRUN, André. La famille comme unité d’analyse du secteur agricole. *Économie Rurale*, n. 198, p. 3-8, 1989. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecoru_0013-0559_1989_num_194_1_4016>. Acesso em: 10 nov. 2011.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Org.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 145-179.

ELESBÃO, Ivo. *Transformações no espaço rural a partir do turismo: um olhar sobre São Martinho (SC)*. Rio Claro, SP: [s. n.], 2007.

FÁVERO, Ivane Maria Remus. *Diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo rural*. 2000. Trabalho de Conclusão (Especialização em Gerenciamento do Desenvolvimento Turístico) – Universidade de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, 2000. Disponível em: <http://www.caminhospedra.org.br/pdf/Ivane_Remus_Favero-2000.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2010.

GARCÍA HENCHE, Blanca. *Marketing del turismo rural*. Madrid: Pirámide, 2006.

GEORGE, E. Wanda; MAIR, Heater; REID, Donald. *Rural tourism development: localism and cultural change*. Bristol, UK: Channel View Publications, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, José. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DE DESENVOLVIMENTO. *José*

Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001. p. 5-52. (Textos para Discussão, 2).

_____. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. rev. Campinas: Instituto de Economia, Ed. da UNICAMP, 2002. (Pesquisas, 1).

HAAL, Colin Michael; PAGE, Stephen. Rural recreation and tourism. In: _____; _____. *The geography of tourism and recreation: environment, place and space*. London: Routledge, 1999. p. 223-252.

HENZ, Aline Patrícia. *Políticas públicas de turismo no Brasil: a interferência da política nacional de turismo entre 2003 e 2007 no direcionamento das políticas estaduais*. 2009. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, 2009.

KAGEYAMA, Angela A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. (Estudos Rurais).

KRANNICH, Richard S.; PETRZELKA, Peggy. Tourism and natural amenity development: real opportunities? In: BROWN, David Louis; SWANSON, Louis E. *Challenges for rural America in the twenty-first century*. Pennsylvania, USA: The Pennsylvania State University Press. 2004. p. 190-202.

LONG, Patrick; NUCKOLLS, Jonelle. Organizing resources for rural tourism development: the importance of leadership, planning and technical assistance. *Tourism Recreation Research*, v. 19, n. 2, p. 19-34, 1994.

MOLINA, Sergio; RODRÍGUEZ, Sergio A. *Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

NUCKOLLS, Jonelle; LONG, Patrick. Organizing resources for tourism development in rural areas. Trabalho apresentado no Center for Sustainable Tourism East Carolina University, 2009. Não publicado. Disponível em: <<http://www.ecu.edu/cs-acad/sustainabletourism/upload/RuralTourismBookletMaster-2.doc>>. Acesso em: 1 set. 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Nacional: 1979. p. 161-176.

RODRIGUES, Ayr Aparecida Balastri. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Org.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 51-68.

RUSCHMANN, Doris Van Meene. *Turismo e desenvolvimento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1999.

SANTOS, Alessandra Santos dos; PIRES, Paulo dos Santos. Políticas públicas de turismo rural: uma alternativa necessária. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (Org.). *Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 60-79.

SLEE, Bill; FARR, Helen; SNOWDON, Patrick. The economic impact of alternative types of rural tourism. *Journal of Agricultural Economics*, v. 48, n. 1/3, p. 179-192, Jan. 1997.

SZNAJDER, Michal; PRZEZBÓRSKA, Lucyna; SCRIMGEOUR, Frank. *Agritourism*. Wallingford, UK; Cambridge, MA, USA: CAB International, 2009.

TULIK, Olga. *Turismo rural*. São Paulo: Aleph, 2003.

VEIGA, José Eli da et al. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, p. 87-145, out. 2000.

ZIMMERMANN, Adonis. *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.